



CÂMARA DOS DEPUTADOS

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO N.º 69, DE 2003

(Do Sr. Zico Bronzeado e outros)

Dá nova redação ao § 2º do art. 55 da Constituição Federal, para exigir voto ostensivo no caso de perda de mandato de Deputado e Senador nas hipóteses dos incisos I, II e VI do **caput** do mesmo artigo.

DESPACHO:

À COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE REDAÇÃO

APRECIÇÃO:

Proposição Sujeita à Apreciação do Plenário

PUBLICAÇÃO INICIAL

Art. 137, caput - RICD

As Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, nos termos do art. 60 da Constituição Federal, promulgam a seguinte Emenda ao texto constitucional:

Artigo único. O § 2º do art. 55 da Constituição Federal passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 55.

§ 2º Nos casos dos incisos I, II, e VI, a perda de mandato será decidida pela Câmara dos Deputados ou pelo Senado Federal, por voto ostensivo e maioria absoluta, mediante provocação da respectiva Mesa ou de partido político apresentado no Congresso Nacional, assegurada ampla defesa.”

JUSTIFICAÇÃO

O nosso intento, ao apresentar a presente Emenda ao texto constitucional, é colaborar no sentido de compatibilizar as normas da Lei Maior concernentes ao funcionamento do Poder Legislativo com os anseios da sociedade, razão de ser da instituição.

Sabe-se que a coletividade vem exigindo, cada vez mais, lisura e transparência na vida pública de seus representantes, o que é salutar e benéfico, pois tal fato evidencia que os cidadãos estão em crescente desenvolvimento da consciência cívica, fundamental para a construção do Estado Democrático de Direito.

Nesse passo, importa ressaltar que interessa aos eleitores seguir minuciosamente todos os momentos da atividade parlamentar daqueles que foram vitoriosos nas urnas. Constitui este um direito inequívoco, irrefutável, que auxiliará a comunidade a decidir quanto ao futuro dos mesmos agentes na vida política.

Dentre tais interesses, não é desconhecido o referente à ciência que o leitor deseja ter com relação ao voto de cada parlamentar nos casos da decisão pela perda do mandato daqueles que, de uma forma ou de outra,

foram denunciados naquelas hipóteses configuradas nos itens constantes do art. 55. É muito importante, no nosso entendimento, que os membros da sociedade possam saber como votou cada congressista, e, ainda, quais os argumentos utilizados por cada qual, ora pela cassação, ora pela absolvição. Esse conhecimento será uma referência para que os eleitores melhor conheçam seus eleitos, e decidam quanto ao seu futuro político, aprimorando, dessa forma, o Parlamento, e desenvolvendo, também, o senso de responsabilidade de cada um dos seus representantes.

Cremos que o voto secreto deve ficar adstrito à cidadania na hora de escolher seus candidatos. Não há razão para que o parlamento não ostente sua decisão no caso em questão, porque este assumiu compromisso com os eleitores, que exigem, com toda razão, a maior transparência possível de suas atividades no exercício do mandato que lhe foi confiado.

Assiste-se nos meios de comunicação a inúmeras críticas, nem sempre justas, às atividades do Poder Legislativo, com acusações de corporativismo e falta de civismo. Os indivíduos são, muitas vezes levados à total descrença, por verificar que alguns representantes da coletividade não honram seus mandatos. Assim, pensamos que toda iniciativa, de nossa parte, tendente a aprimorar o funcionamento da instituição e exigir sinceridade de propósitos dos componentes do Congresso Nacional será útil para diminuir o desgaste que o Legislativo vem sofrendo por parte da opinião pública, desgaste apontado pela mídia com uma frequência cada vez maior. Quanto menos motivos houver para a formulação dessas críticas, melhor ficará a imagem do Parlamento, que deve ter seus representantes cumprindo as missões a que se propuseram no momento das campanhas eleitorais. Pensamos que a aprovação do presente projeto contribuirá, portanto, para a consolidação dos princípios democráticos, e assim esperamos, de nossos ilustres Pares, a sua aprovação.

Sala das Sessões, em 28 de maio de 2003

Deputado Federal ZICO BRONZEADO

Proposição: PEC 0069/03

Autor: ZICO BRONZEADO E OUTROS

Data de Apresentação: 28/05/03

Ementa: DÁ NOVA REDAÇÃO AO § 2º DO ARTIGO 55 DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL, PARA EXIGIR VOTO OSTENSIVO NO CASO DE PERDA DE MANDATO DE DEPUTADO E SENADOR NAS HIPÓTESES DOS INCISOS I, II E VI DO CAPUT DO MESMO ARTIGO.

Possui Assinaturas Suficientes: SIM

Total de Assinaturas:

Confirmadas:	177
Não Conferem:	16
Fora do Exercício:	0
Repetidas:	19
Ilegíveis:	0
Retiradas:	0

Assinaturas Confirmadas

1 - ADÃO PRETTO (PT-RS)	24 - BISMARCK MAIA (PSDB-CE)
2 - AGNALDO MUNIZ (PPS-RO)	25 - CABO JÚLIO (PSB-MG)
3 - ALBERTO FRAGA (PMDB-DF)	26 - CARLITO MERSS (PT-SC)
4 - ALCESTE ALMEIDA (PMDB-RR)	27 - CARLOS ALBERTO LERÉIA (PSDB-GO)
5 - ALCEU COLLARES (PDT-RS)	28 - CARLOS SANTANA (PT-RJ)
6 - ALEX CANZIANI (PTB-PR)	29 - CELSO RUSSOMANNO (PP-SP)
7 - ALICE PORTUGAL (PCdoB-BA)	30 - CÉSAR MEDEIROS (PT-MG)
8 - ALMERINDA DE CARVALHO (PSB-RJ)	31 - CEZAR SILVESTRI (PPS-PR)
9 - AMAURI ROBLEDO GASQUES (PRONA-SP)	32 - CHICO ALENCAR (PT-RJ)
10 - ANDRÉ LUIZ (PMDB-RJ)	33 - CLÁUDIO MAGRÃO (PPS-SP)
11 - ANGELA GUADAGNIN (PT-SP)	34 - CLEUBER CARNEIRO (PFL-MG)
12 - ANSELMO (PT-RO)	35 - CLÓVIS FECURY (PFL-MA)
13 - ANTÔNIO CARLOS BIFFI (PT-MS)	36 - COLOMBO (PT-PR)
14 - ANTONIO CARLOS BISCAIA (PT-RJ)	37 - CORONEL ALVES (PL-AP)
15 - ANTONIO CRUZ (PTB-MS)	38 - DANIEL ALMEIDA (PCdoB-BA)
16 - ANTONIO NOGUEIRA (PT-AP)	39 - DARCI COELHO (PFL-TO)
17 - ARY VANAZZI (PT-RS)	40 - DAVI ALCOLUMBRE (PDT-AP)
18 - ASSIS MIGUEL DO COUTO (PT-PR)	41 - DELEY (PV-RJ)
19 - BABÁ (PT-PA)	42 - DIMAS RAMALHO (PPS-SP)
20 - BARBOSA NETO (PMDB-GO)	43 - DR. HÉLIO (PDT-SP)
21 - BASSUMA (PT-BA)	44 - DR. PINOTTI (PMDB-SP)
22 - BENJAMIN MARANHÃO (PMDB-PB)	45 - DR. RIBAMAR ALVES (PSB-MA)
23 - BERNARDO ARISTON (PSB-RJ)	46 - DR. ROSINHA (PT-PR)
	47 - DURVAL ORLATO (PT-SP)
	48 - EDSON DUARTE (PV-BA)

49 - EDUARDO CAMPOS (PSB-PE)	104 - LEONARDO PICCIANI (PMDB-RJ)
50 - EDUARDO GOMES (PSDB-TO)	105 - LEÔNIDAS CRISTINO (PPS-CE)
51 - EDUARDO PAES (PSDB-RJ)	106 - LOBBE NETO (PSDB-SP)
52 - EDUARDO VALVERDE (PT-RO)	107 - LUCIANA GENRO (PT-RS)
53 - ENIO TATICO (PTB-GO)	108 - LUCIANO LEITOA (PDT-MA)
54 - FÁTIMA BEZERRA (PT-RN)	109 - LUCIANO ZICA (PT-SP)
55 - FERNANDO FERRO (PT-PE)	110 - LUIZ EDUARDO GREENHALGH (PT-SP)
56 - FEU ROSA (PSDB-ES)	111 - LUIZ SÉRGIO (PT-RJ)
57 - FRANCISCA TRINDADE (PT-PI)	112 - LUIZA ERUNDINA (PSB-SP)
58 - GERALDO RESENDE (PPS-MS)	113 - MANINHA (PT-DF)
59 - GERALDO THADEU (PPS-MG)	114 - MARCELO ORTIZ (PV-SP)
60 - GIACOCO (PL-PR)	115 - MARIA DO CARMO LARA (PT-MG)
61 - GILMAR MACHADO (PT-MG)	116 - MARIA DO ROSÁRIO (PT-RS)
62 - GONZAGA PATRIOTA (PSB-PE)	117 - MARIÂNGELA DUARTE (PT-SP)
63 - GUILHERME MENEZES (PT-BA)	118 - MÁRIO ASSAD JÚNIOR (PL-MG)
64 - GUSTAVO FRUET (PMDB-PR)	119 - MÁRIO HERINGER (PDT-MG)
65 - HÉLIO ESTEVES (PT-AP)	120 - MAURO PASSOS (PT-SC)
66 - HENRIQUE AFONSO (PT-AC)	121 - MEDEIROS (PL-SP)
67 - HENRIQUE FONTANA (PT-RS)	122 - MENDES RIBEIRO FILHO (PMDB-RS)
68 - HOMERO BARRETO (PTB-TO)	123 - MOREIRA FRANCO (PMDB-RJ)
69 - HUMBERTO MICHILES (PL-AM)	124 - MORONI TORGAN (PFL-CE)
70 - IRINY LOPES (PT-ES)	125 - NELSON MEURER (PP-PR)
71 - ISAÍAS SILVESTRE (PSB-MG)	126 - NELSON PELLEGRINO (PT-BA)
72 - IVAN VALENTE (PT-SP)	127 - NELSON PROENÇA (PPS-RS)
73 - IVO JOSÉ (PT-MG)	128 - NEUCIMAR FRAGA (PL-ES)
74 - JAIR BOLSONARO (PTB-RJ)	129 - NILSON MOURÃO (PT-AC)
75 - JAMIL MURAD (PCdoB-SP)	130 - NILTON CAPIXABA (PTB-RO)
76 - JANETE CAPIBERIBE (PSB-AP)	131 - ODAIR (PT-MG)
77 - JEFFERSON CAMPOS (PSB-SP)	132 - OSVALDO BIOLCHI (PMDB-RS)
78 - JOÃO ALFREDO (PT-CE)	133 - PASTOR AMARILDO (PSB-TO)
79 - JOÃO ALMEIDA (PSDB-BA)	134 - PASTOR FRANCISCO OLÍMPIO (PSB-PE)
80 - JOÃO CORREIA (PMDB-AC)	135 - PASTOR PEDRO RIBEIRO (PTB-CE)
81 - JOÃO FONTES (PT-SE)	136 - PASTOR REINALDO (PTB-RS)
82 - JOÃO GRANDÃO (PT-MS)	137 - PATRUS ANANIAS (PT-MG)
83 - JOÃO MAGNO (PT-MG)	138 - PAULO BERNARDO (PT-PR)
84 - JOÃO MENDES DE JESUS (PDT-RJ)	139 - PAULO KOBAYASHI (PSDB-SP)
85 - JOÃO PAULO GOMES DA SILVA (PL-MG)	140 - PAULO MARINHO (PFL-MA)
86 - JOÃO PIZZOLATTI (PP-SC)	141 - PAULO PIMENTA (PT-RS)
87 - JORGE BITTAR (PT-RJ)	142 - PAULO ROCHA (PT-PA)
88 - JORGE BOEIRA (PT-SC)	143 - PAULO RUBEM SANTIAGO (PT-PE)
89 - JOSÉ DIVINO (PMDB-RJ)	144 - PERPÉTUA ALMEIDA (PCdoB-AC)
90 - JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP)	145 - POMPEO DE MATTOS (PDT-RS)
91 - JOSÉ PIMENTEL (PT-CE)	146 - PROFESSOR IRAPUAN TEIXEIRA (PRONA-SP)
92 - JOSIAS GOMES (PT-BA)	147 - PROMOTOR AFONSO GIL (PCdoB-PI)
93 - JOSIAS QUINTAL (PSB-RJ)	148 - RAUL JUNGSMANN (PMDB-PE)
94 - JOVAIR ARANTES (PSDB-GO)	149 - REGINALDO LOPES (PT-MG)
95 - JOVINO CÂNDIDO (PV-SP)	150 - REINALDO BETÃO (PL-RJ)
96 - JÚLIO DELGADO (PPS-MG)	151 - RENATO CASAGRANDE (PSB-ES)
97 - JÚNIOR BETÃO (PPS-AC)	152 - RENILDO CALHEIROS (PCdoB-PE)
98 - JUTAHY JUNIOR (PSDB-BA)	153 - ROBERTO GOUVEIA (PT-SP)
99 - LAURA CARNEIRO (PFL-RJ)	154 - RODRIGO MAIA (PFL-RJ)
100 - LEANDRO VILELA (PMDB-GO)	155 - ROGÉRIO SILVA (PPS-MT)
101 - LÉO ALCÂNTARA (PSDB-CE)	156 - RONALDO DIMAS (PSDB-TO)
102 - LEONARDO MATTOS (PV-MG)	157 - RONALDO VASCONCELLOS (PTB-MG)
103 - LEONARDO MONTEIRO (PT-MG)	

158 - RUBENS OTONI (PT-GO)
 159 - RUBINELLI (PT-SP)
 160 - SALVADOR ZIMBALDI (PSDB-SP)
 161 - SANDRO MATOS (PSB-RJ)
 162 - SARNEY FILHO (PV-MA)
 163 - SELMA SCHONS (PT-PR)
 164 - SEVERINO CAVALCANTI (PP-PE)
 165 - SIGMARINGA SEIXAS (PT-DF)
 166 - SILAS CÂMARA (PTB-AM)
 167 - TARCISIO ZIMMERMANN (PT-RS)
 168 - TELMA DE SOUZA (PT-SP)
 169 - VICENTINHO (PT-SP)
 170 - VIGNATTI (PT-SC)
 171 - VIRGÍLIO GUIMARÃES (PT-MG)
 172 - WALTER FELDMAN (PSDB-SP)
 173 - WALTER PINHEIRO (PT-BA)
 174 - WILSON SANTIAGO (PMDB-PB)
 175 - ZEQUINHA MARINHO (PTB-PA)
 176 - ZEZEÚ RIBEIRO (PT-BA)
 177 - ZICO BRONZEADO (PT-AC)

Assinaturas que Não Conferem

1 - BOSCO COSTA (PSDB-SE)
 2 - CARLOS NADER (PFL-RJ)
 3 - CARLOS SAMPAIO (PSDB-SP)
 4 - CARLOS SOUZA (PL-AM)
 5 - CÉSAR BANDEIRA (PFL-MA)
 6 - DR. FRANCISCO GONÇALVES (PTB-MG)
 7 - DR. HELENO (PSDB-RJ)
 8 - GILBERTO NASCIMENTO (PSB-SP)

9 - JOÃO BATISTA (PFL-SP)
 10 - MARIA LUCIA (PMDB-RJ)
 11 - MILTON CARDIAS (PTB-RS)
 12 - NEYDE APARECIDA (PT-GO)
 13 - ROBSON TUMA (PFL-SP)
 14 - WALDEMIR MOKA (PMDB-MS)
 15 - WASNY DE ROURE (PT-DF)
 16 - ZÉ GERALDO (PT-PA)

Assinaturas Repetidas

1 - AGNALDO MUNIZ (PPS-RO)
 2 - ALBERTO FRAGA (PMDB-DF)
 3 - AMAURI ROBLEDO GASQUES (PRONA-SP)
 4 - ANTÔNIO CARLOS BIFFI (PT-MS)
 5 - BISMARCK MAIA (PSDB-CE)
 6 - DR. FRANCISCO GONÇALVES (PTB-MG)
 7 - DR. RIBAMAR ALVES (PSB-MA)
 8 - GILMAR MACHADO (PT-MG)
 9 - JAMIL MURAD (PCdoB-SP)
 10 - JEFFERSON CAMPOS (PSB-SP)
 11 - JOSIAS QUINTAL (PSB-RJ)
 12 - JÚNIOR BETÃO (PPS-AC)
 13 - MARIA LUCIA (PMDB-RJ)
 14 - NEYDE APARECIDA (PT-GO)
 15 - TELMA DE SOUZA (PT-SP)
 16 - VIGNATTI (PT-SC)
 17 - WASNY DE ROURE (PT-DF)
 18 - ZÉ GERALDO (PT-PA)
 19 - ZICO BRONZEADO (PT-AC)

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Seção de Registro e Controle e de Análise de Proposições

Ofício n.º 94 / 2003

Brasília, 30 de maio de 2003.

Senhor Secretário-Geral:

Comunico a Vossa Senhoria que a Proposta de Emenda à Constituição do Sr. Deputado ZICO BRONZEADO E OUTROS, que **“DÁ NOVA REDAÇÃO AO § 2º DO ARTIGO 55 DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL, PARA EXIGIR VOTO OSTENSIVO NO CASO DE PERDA DE MANDATO DE DEPUTADO E SENADOR NAS HIPÓTESES DOS INCISOS I, II E VI DO CAPUT DO MESMO ARTIGO”**, contém número suficiente de signatários, constando a referida proposição de:

177 assinaturas confirmadas;
016 assinaturas não confirmadas;
019 assinaturas repetidas.

Atenciosamente,

CLÁUDIA NEVES C. DE SOUZA
Chefe

A Sua Senhoria o Senhor
Dr. MOZART VIANNA DE PAIVA
Secretário-Geral da Mesa
N E S T A

<p>LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA PELA COORDENAÇÃO DE ESTUDOS LEGISLATIVOS - CEDI</p>

CONSTITUIÇÃO
da
República Federativa do Brasil
1988

.....

TÍTULO IV
DA ORGANIZAÇÃO DOS PODERES

CAPÍTULO I
DO PODER LEGISLATIVO

.....

Seção V
Dos Deputados e dos Senadores

.....

Art. 55. Perderá o mandato o Deputado ou Senador:
I - que infringir qualquer das proibições estabelecidas no artigo anterior;
II - cujo procedimento for declarado incompatível com o decoro parlamentar;

III - que deixar de comparecer, em cada sessão legislativa, à terça parte das sessões ordinárias da Casa a que pertencer, salvo licença ou missão por esta autorizada;

IV - que perder ou tiver suspensos os direitos políticos;

V - quando o decretar a Justiça Eleitoral, nos casos previstos nesta Constituição;

VI - que sofrer condenação criminal em sentença transitada em julgado;

§ 1º É incompatível com o decoro parlamentar, além dos casos definidos no regimento interno, o abuso das prerrogativas asseguradas a membro do Congresso Nacional ou a percepção de vantagens indevidas.

§ 2º Nos casos dos incisos I, II e VI, a perda do mandato será decidida pela Câmara dos Deputados ou pelo Senado Federal, por voto secreto e maioria absoluta, mediante provocação da respectiva Mesa ou de partido político representado no Congresso Nacional, assegurada ampla defesa.

§ 3º Nos casos previstos nos incisos III a V, a perda será declarada pela Mesa da Casa respectiva, de ofício ou mediante provocação de qualquer de seus membros, ou de partido político representado no Congresso Nacional, assegurada ampla defesa.

§ 4º A renúncia de parlamentar submetido a processo que vise ou possa levar à perda do mandato, nos termos deste artigo, terá seus efeitos suspensos até as deliberações finais de que tratam os parágrafos 2º e 3º.

* § 4º acrescentado pela Emenda Constitucional de Revisão nº 6, de 07/06/1994

.....
....

Seção VIII Do Processo Legislativo

.....

Subseção II Da Emenda à Constituição

Art. 60. A Constituição poderá ser emendada mediante proposta:

I - de um terço, no mínimo, dos membros da Câmara dos Deputados ou do Senado Federal;

II - do Presidente da República;

III - de mais da metade das Assembléias Legislativas das unidades da Federação, manifestando-se, cada uma delas, pela maioria relativa de seus membros.

§ 1º A Constituição não poderá ser emendada na vigência de intervenção federal, de estado de defesa ou de estado de sítio.

§ 2º A proposta será discutida e votada em cada Casa do Congresso Nacional, em dois turnos, considerando-se aprovada se obtiver, em ambos, três quintos dos votos dos respectivos membros.

§ 3º A emenda à Constituição será promulgada pelas Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, com o respectivo número de ordem.

§ 4º Não será objeto de deliberação a proposta de emenda tendente a abolir:

I - a forma federativa de Estado;

II - o voto direto, secreto, universal e periódico;

III - a separação dos Poderes;

IV - os direitos e garantias individuais.

§ 5º A matéria constante de proposta de emenda rejeitada ou havida por prejudicada não pode ser objeto de nova proposta na mesma sessão legislativa.

.....
.....

FIM DO DOCUMENTO
